

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Mensagem da Administração

O Hospital e Maternidade Maringá S.A. faz parte do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica, o Grupo possui uma rede de hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os clientes e beneficiários. A Cultura do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

### Capacidade Financeira

A Companhia finaliza o ano de 2023 com R\$ 3.828.488 em caixa (R\$ 464.410 em 2022) concentrado em Caixa e equivalentes de caixa.

### Qualidade Assistencial e Sustentabilidade

Mudanças disruptivas em nosso setor estão acontecendo e estamos conscientes de que para uma história corporativa de sucesso, a inovação é um fator-chave. Sendo líderes em saúde, acreditamos que o uso e

aprimoramento de novas tecnologias no Grupo Hapvida NotreDame Intermédica pode promover maior saúde às pessoas, melhorar a qualidade assistencial, promover a eficiência em custos, e, consequentemente, aumentar a acessibilidade e a experiência dos clientes e beneficiários.

### Performance do resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 47.120.151 em 2023 (R\$ 44.276.111 em 2022), um aumento de 6,42% em comparação ao exercício anterior. Os custos dos serviços prestados apresentaram aumento de 7,04% quando comparado ao exercício de 2022, passando de R\$ 43.050.575 em 2022 para 46.802.590 em 2023. As despesas administrativas apresentaram uma redução de 34,17% quando comparado ao exercício de 2022, passando de R\$ 1.980.125 em 2022 para R\$ 1.303.523 em 2023. A provisão para perda sobre crédito apresentou uma redução de 50,11% quando comparado ao exercício de 2022, passando de R\$ 9.328.703 para R\$ 4.654.038. O resultado financeiro líquido apresentou um aumento de 26,30% quando comparado ao exercício de 2022, passando de R\$ 34.773.288 para R\$ 43.917.865. O prejuízo líquido

do exercício foi de R\$ 19.052.543 em 2023 (R\$ 143.253.616 em 2022), apresentando uma redução de 86,70%.

### Considerações finais

A Companhia e o Grupo Hapvida NotreDame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre. A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2023 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais - R\$)

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2022		Passivo	Nota	31 de dezembro de 2022	
		2023	(Reapresentado)			2023	(Reapresentado)
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.828.488	464.410	Fornecedores	14	2.414.686	2.141.933
Contas a receber de clientes	7	8.891.589	2.589.929	Obrigações sociais e trabalhistas	14	2.765.478	2.264.186
Estoques	8	1.266.184	409.339	Tributos e contribuições a recolher	15	607.225	165.747
Impostos a recuperar	9	681.444	536.074	Dividendos a pagar	17	1.977.625	1.977.625
Adiantamento a fornecedores	10	3.810.310	3.006.865	Passivo de arrendamento	16	78	160.436
Outros ativos	10	284.213	55.257	Outros passivos	17	2.310.614	909.335
		<b>18.762.228</b>	<b>7.061.874</b>			<b>10.075.706</b>	<b>7.619.262</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Passivo de arrendamento	16	36.400	36.419
Depósito judicial	11	61.048	19.008	Provisões para ações judiciais	18	196.163	516.514
Imposto diferido ativo	10	9.271.643	6.124.872	Outros passivos	17	380.421.333	398.496.809
Outros ativos	10	914.022	62.952.248	<b>Total passivo não circulante</b>		<b>380.653.896</b>	<b>399.049.742</b>
		<b>10.246.713</b>	<b>69.096.128</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
Investimentos	12	1.226.395.220	1.212.049.515	Capital social	1.039.165.187	1.033.465.187	1.033.465.187
Imobilizado	13	11.821.444	11.007.053	Adiantamento para aumento de capital (AFAC)	11.836.506	2.036.506	2.036.506
Intangível	13	1.248.502.285	1.292.249.059	Reservas de capital	510.707	510.707	510.707
		<b>1.248.502.285</b>	<b>1.292.249.059</b>	Prejuízos acumulados	(174.977.494)	(143.370.471)	(143.370.471)
		<b>1.267.264.508</b>	<b>1.299.310.933</b>			<b>876.534.906</b>	<b>892.641.929</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.267.264.508</b>	<b>1.299.310.932</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Total	
							2023	2022
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>17.465.187</b>	<b>510.707</b>	<b>36.506</b>	<b>414.553</b>	<b>(11.240.848)</b>	<b>-</b>	<b>7.186.106</b>	<b>-</b>
Aumento de capital	1.016.000.000	-	2.000.000	-	-	-	1.018.000.000	-
Combinação de negócios	-	-	-	-	10.709.439	-	-	10.709.439
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(414.553)	414.553	(143.253.616)	-	(143.253.616)
Absorção da reserva legal	-	-	-	-	(143.253.616)	143.253.616	-	-
Transferência para prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)</b>	<b>1.033.465.187</b>	<b>510.707</b>	<b>2.036.506</b>	<b>-</b>	<b>(143.370.471)</b>	<b>-</b>	<b>892.641.929</b>	<b>15.900.000</b>
Aumento de capital	5.700.000	-	9.800.000	-	-	-	15.500.000	-
Efeito reflexo de incorporação (nota 12)	-	-	-	-	(12.554.480)	-	-	(12.554.480)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(19.052.543)	-	(19.052.543)
Transferência para prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(19.052.543)	-	(19.052.543)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.039.165.187</b>	<b>510.707</b>	<b>11.836.506</b>	<b>-</b>	<b>(174.977.494)</b>	<b>-</b>	<b>876.534.906</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em Reais - R\$)

1. Contexto operacional: O Hospital e Maternidade Maringá S.A. ("Companhia"), com sede e foro na Avenida Cidade de Leiria, 356, CEP 87.013-290, localizada na cidade de Maringá, Estado do Paraná tem por objetivo a prestação de serviço hospitalar, por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares. A Companhia é controlada direta da BCBF Participações S.A. A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Quotista	Quantidade de quotas	(%) Participação
BCBF Participações S.A.	1.052.191.286	100,00%

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 26 de abril de 2024. 2. Outros assuntos: 2.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas: A Companhia promove um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas. Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico. A Companhia trabalha para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo. Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as aplicações de seguros da Operadora e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos. Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia. Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação. Até 31 de dezembro de 2023, não foram identificados pela Administração da Companhia, impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras no que tange a: i) **Impairment** de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos. 2.2 **Reforma tributária sobre o consumo**: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a forma Tributária ("Forma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação das normas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

3. Estrutura societária:

Atividade principal	Data de aquisição	Participação societária		
		Data de incorporação	Direta	Indireta
CGG Participações S.A.	Holding 10/01/2022	-	100,00%	-
CGG Clínica	-	-	-	100,00%
GAúcho Ltda.	Plano de saúde 10/01/2022	-	100,00%	-
Laboratório Marques D'Almeida Ltda.	Laboratório 10/01/2022	01/05/2023	-	100,00%
Hospital Centro Clínico GAúcho Saúde Ltda.	Saúde 10/01/2022	01/05/2023	-	100,00%
Centro GAúcho de Medicina Ocupacional Ltda. (*)	Medicina Ocupacional 10/01/2022	-	-	100,00%

(\*) Empresa vendida em 2023, pela controladora direta CGG Participações S.A. 4. **Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras: 4.1 Declaração de conformidade**: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4.4. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado; e • Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicações de políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.3. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. 4.2 **Conversão de moeda estrangeira: (i) Moeda funcional e moeda de apresentação**: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o decimal mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. (ii) **Transações e saldos**: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o método financeiro. 4.3 **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. (i) **Julgamentos**: As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo: • **Nota explicativa nº 07** - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão do valor recuperável de contas a receber de clientes. • **Nota explicativa nº 16** - Arrendamentos a pagar. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendamento é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. • **Nota explicativa nº 18** - Provisões para ações judiciais. A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhistas, tributária e cíveis, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis e decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no detalhamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. (ii) **Incertezas sobre premissas e estimativas**: As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 07** - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes. • **Nota explicativa nº 13** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada de bens e, consequentemente, de taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício. • **Nota explicativa nº 18** - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos. 4.4 **Principais políticas contábeis**: As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes: (i) **Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Para efeitos de demonstrações financeiras, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas. (ii) **Instrumentos financeiros**: Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade, passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade. Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou custo amortizado. A Companhia reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado. Após o reconhecimento inicial a Companhia avalia as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros. A Companhia avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, consequentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo. (iii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios: • Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito. • Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, ocorrerá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro. (iv) **Perda de recuperabilidade sobre créditos**: São registrados e mantidos no

balanço pelo valor nominal dos títulos e da perda de recuperabilidade esperada. A perda de recuperabilidade ocorre se estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. (v) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**: Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras. (vi) **Imobilizado**: São demonstrados pelo custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento do exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso. (vii) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**: A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (*impairment*) e medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação. (viii) **Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes**: Os passivos de tributos correntes referente ao exercício corrente e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. A empresa adota a tributação Lucro Líquido, após o Lucro Líquido, são realizados ajustes conforme legislação vigente para determinação da Base de Cálculo do Lucro Real. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. **Imposto de renda e contribuição social - diferido**: Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucro tributável estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE**: Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de imposto sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo no IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Companhia e suas controladas esperam não ser materialmente afetadas por essas regras. (ix) **Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes**: A avaliação das contingências passivas é efetuada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o método financeiro. Os ativos contingentes são reconhecidos quando há evidência de que os ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. (x) **Direito de uso e Passivo de arrendamento**: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para todas as operações de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso**: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo líquido ao valor recuperável. **Passivo de arrendamento**: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para uso dos estoques) no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. (xi) **Reconhecimento de receitas operacionais**: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo dos serviços, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. (xii) **Reconhecimento dos custos dos serviços prestados**: Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. (xiii) **Reapresentação das demonstrações financeiras**: A Companhia está reapresentando, para melhor comparabilidade e apresentação, as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 20 de abril de 2023. Foram realizadas as seguintes reclassificações: **Balanco Patrimonial 31 de dezembro de 2022**:

	31 de dezembro de 2022	Reclassificação	31 de dezembro de 2022
	(Publicado)		(Reapresentado)
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	464.410	-	464.410
Contas a receber de clientes	2.589.929	-	2.589.929
Estoques			

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em Reais - R\$)

A movimentação do investimento na Companhia ocorreu da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.212.049.515</b>	
Aumento de capital	100.000	
Ajuste de investimento	(52.864)	
Efeito de reflexo de incorporação	(12.554.480)	
<b>Total de equivalência patrimonial</b>	<b>26.853.049</b>	
Resultado de equivalência patrimonial	57.631.913	
Amortização de mais-valia	(30.778.864)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.226.395.220</b>	

13. Imobilizado:

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Taxa depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	-	6.875.000	-	6.875.000
Edifícios hospitalares	4%	683.578	(579.583)	103.995
Equipamentos e aparelhos hospitalares	10%	339.934	(245.682)	94.252
Móveis e utensílios	10%	1.812.027	(1.012.549)	799.478
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	7.074.126	(3.968.607)	3.105.519
Computadores e Periféricos	20%	1.159.904	(867.723)	292.181
Imobilizado em andamento	10%	551.019	-	551.019
		<b>18.495.588</b>	<b>(6.674.144)</b>	<b>11.821.444</b>
Direito de uso		451.587	(451.587)	-
		<b>18.947.175</b>	<b>(7.125.731)</b>	<b>11.821.444</b>

Movimentação do imobilizado

	31 de dezembro de 2022	Adições	Depreciação	31 de dezembro de 2023
Terrenos	6.875.000	-	-	6.875.000
Edifícios hospitalares	289.915	-	(185.920)	103.995
Equipamentos e aparelhos hospitalares	110.283	36	(16.067)	94.252
Móveis e utensílios	775.306	91.340	(67.168)	799.478
Máquinas, equipamentos e instalações	2.499.753	842.861	(237.095)	3.105.519
Computadores e periféricos	365.443	-	(73.262)	292.181
Imobilizado em andamento	-	551.019	-	551.019
	<b>10.915.700</b>	<b>1.485.256</b>	<b>(579.512)</b>	<b>11.821.444</b>
Direito de uso	151.353	-	(151.353)	-
	<b>11.067.053</b>	<b>1.485.256</b>	<b>(730.865)</b>	<b>11.821.444</b>

14. Obrigações trabalhistas e sociais:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ordenados e salários a pagar	1.014.280	566.363
INSS a recolher	326.405	318.776
FGTS a recolher	103.621	102.383
Contribuição sindical a recolher	483	446
Provisão férias e encargos sociais	1.320.689	1.276.218
	<b>2.765.478</b>	<b>2.264.186</b>

15. Tributos e contribuições a recolher:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
ISS sobre faturamento	178.185	71.608
PIS	43.158	218
COFINS	199.497	1.187
IRRF de terceiros	110.253	77.974
Outros impostos	100.443	37.912
Ajustes impostos retidos	(24.311)	(23.152)
	<b>607.225</b>	<b>165.747</b>

16. Passivo de arrendamentos:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo de arrendamento	78	16.455
Provisão para desmobilização de imóveis	36.400	36.400
	<b>36.478</b>	<b>196.855</b>
<b>Circulante</b>	<b>78</b>	<b>160.436</b>
<b>Não circulante</b>	<b>36.400</b>	<b>36.419</b>

O movimento no exercício findo do passivo de arrendamento é o que segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022

	2023	2022
Juros incorridos	196.855	17.757
Pagamentos	(178.134)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>36.478</b>	<b>36.478</b>

17. Outros passivos:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Adiantamento de clientes	582.311	271.136
Provisão para outras contas a pagar	293.304	-
Depósitos de beneficiários terceiros	1.434.999	638.198
Obrigações contratuais (i)	380.421.333	398.496.809
	<b>382.731.947</b>	<b>399.406.144</b>

Circulante

Não circulante

(i) Parcela retida referente a aquisição do Grupo CCG realizada em janeiro de 2022. 18. Provisão para ações judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Companhia provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados como risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas, bem como discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

	Provável		Possível	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Trabalhistas	10.542	353.735	2.651.501	1.877.934
Cíveis	185.621	162.779	7.365.917	7.151.236
Tributários	-	-	508.218	2.633
	<b>196.163</b>	<b>516.514</b>	<b>10.525.636</b>	<b>9.031.803</b>

19. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 1.039.165.187 (R\$ 1.033.465.187 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.052.191.286 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (1.046.491.286 em 31 de dezembro de 2022).

Ato societário

	Qtde. de ações	Valor da ação - R\$	Aumento de capital - R\$
Assembleia Geral Extraordinária - 23 de janeiro de 2023	2.000.000	1,00	2.000.000
Assembleia Geral Extraordinária - 17 de fevereiro de 2023	3.700.000	1,00	3.700.000
	<b>5.700.000</b>		<b>5.700.000</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a BCBF Participações S.A., controladora da Companhia, realizou um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 11.800.000. b) Reserva de capital: Refere-se à destinação de parcela de recursos aportados na Companhia e tem por objetivo a aplicação em projetos de investimentos da Companhia quando aprovado pelo Conselho de Administração. c) Dividendos propostos e pagos: No final do exercício é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 10% do lucro líquido do exercício ajustado conforme estatuto social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

20. Receita operacional líquida:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Vendas brutas de serviços	51.474.365	51.359.081
<b>Deduções</b>		
Impostos sobre vendas	(2.730.759)	(2.751.006)
Cancelamentos e Devoluções	(1.623.455)	(4.331.964)
	<b>47.120.151</b>	<b>44.276.111</b>

21. Custo dos serviços prestados:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Pessoal	(19.798.348)	(18.043.245)
Materiais e serviços	(10.558.104)	(10.522.857)
Honorários médicos	(7.960.291)	(7.115.902)
Serviços de terceiros	(4.151.166)	(4.096.277)
Manutenção e reparos	(1.525.370)	(1.186.256)
Locação de máquinas e equipamentos	(943.182)	(646.360)
Utilidades e serviços	(811.991)	(1.127.969)
Aluguel e arrendamento	(166.719)	(81.592)
Outros	(167.419)	(230.117)
	<b>(46.082.590)</b>	<b>(43.050.575)</b>

22. Despesas administrativas:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Viagens e representações	(21.859)	(125.378)
Depreciação e amortização	(761.020)	(879.622)
Utilidades e serviços	(7.002)	(11.520)
Combustíveis e lubrificantes	(5.848)	(7.482)
Publicidade e propaganda	(6.230)	(13.600)
Legais e judiciais	(16.948)	(49.008)
Serviços de terceiros	(684.950)	(698.246)
(Reversão)/Provisão para contingências	226.094	(6.554)
Outros	(25.760)	(198.715)
	<b>(1.303.523)</b>	<b>(1.980.125)</b>

23. Resultado financeiro líquido:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas aplicações financeiras	36.983	1.655.457
Descontos obtidos	69.992	131.006
Juros sobre capital próprio	17.926	6.030
Variação monetária	2.319	-
Atualização monetária	85.282	45.729
Juros recebidos	26	10
	<b>212.528</b>	<b>1.838.232</b>

Despesas financeiras

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Variação monetária	(43.954.375)	(36.470.789)
Juros sobre passivo de arrendamento	(17.757)	(19.733)
Juros e encargos incorridos	(134.652)	(98.889)
Despesas bancárias	(22.346)	(19.387)
Outros	(1.263)	(2.721)
	<b>(44.130.393)</b>	<b>(36.611.519)</b>
	<b>(43.917.865)</b>	<b>(34.773.287)</b>

Resultado financeiro, líquido

24. Cobertura de seguros: A Controladora da Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

25. Partes Relacionadas: Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com a Companhia tem com partes relacionadas do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica:

	Ativo		Passivo	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Clinipam - Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	249.733	-	-	-
Hapvida Assistência Médica Ltda.	20.552	-	-	-
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	209.457	-	-	-
<b>Total</b>	<b>479.742</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Receita		Despesa	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Clinipam - Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	529.745	337.933	-	-
Hapvida Assistência Médica Ltda.	20.552	-	-	-
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	209.457	-	35.658	2.539
<b>Total</b>	<b>759.754</b>	<b>337.933</b>	<b>35.658</b>	<b>2.539</b>

26. Eventos Subsequentes: (i) Aumento de capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de março de 2024, o total registrado como adiantamento para futuro aumento de capital foi convertido em aumento de capital, passando de R\$ 1.039.165.187 para R\$ 1.050.965.187. (ii) Reestruturação societária - Incorporação BCBF Participações S.A.: Em 28 de março de 2024, se tornaram vigentes os efeitos das deliberações aprovadas pelos acionistas, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, sendo aprovado o Protocolo de Incorporação e Justificação para incorporação da Companhia pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente.

Gilson da Silva Ramos - Diretor de Contabilidade

Emanuel Oliveira Jorge de Lima - Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas - Gerente Contábil - Demonstrações Financeiras

Maurício Gilberto Candido - Contador - CRC1PR-018928/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS